

**Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à
Literatura**

Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2013 e 2012

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demontrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores da
Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Flavio Gozzoli Gonçalves
Contador CRC 1SP290557/P-7

Poesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2013	2012	Passivo	Nota	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa		59	57	Projetos a executar	6	9.485	11.332
Recursos vinculados a projetos	4	14.342	15.125	Contas a pagar	7	1.662	1.242
Despesas antecipadas		263	262	Obrigações tributárias		111	291
Outros créditos		38	31	Obrigações trabalhistas	8	1.160	870
Total do ativo circulante		<u>14.702</u>	<u>15.475</u>	Provisão de férias e encargos		<u>2.256</u>	<u>1.679</u>
Recursos vinculados a projetos	4	4.166	3.177	Total do passivo circulante		<u>14.674</u>	<u>15.414</u>
Depósitos judiciais		49	16	Projetos a executar	6	4.166	3.177
Imobilizado	5	3.142	971	Provisão para contingências	9	66	66
Total do ativo não circulante		<u>7.357</u>	<u>4.164</u>	Obrigações com o Estado - Imobilizado	6	<u>3.142</u>	<u>971</u>
				Total do passivo não circulante		<u>7.374</u>	<u>4.214</u>
				Patrimônio líquido	11		
				Patrimônio social		11	8
				Superávit do exercício		-	3
				Total do patrimônio líquido		<u>11</u>	<u>11</u>
Total do ativo		<u><u>22.059</u></u>	<u><u>19.639</u></u>	Total do passivo		<u><u>22.059</u></u>	<u><u>19.639</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	2013	2012
Receitas operacionais			
Recursos de Contratos de Gestão	12	53.944	41.696
Convênios	13	<u>2.883</u>	<u>2.591</u>
Total de receitas		<u>56.827</u>	<u>44.287</u>
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	14	(27.723)	(22.463)
Despesas com produção cultural	15	(13.597)	(9.491)
Serviços profissionais	16	(9.450)	(7.047)
Gerais e administrativas	17	(4.496)	(3.093)
Despesas divulgação e comunicação		(778)	(597)
Depreciação e amortização		(366)	(410)
Outras despesas		<u>(7)</u>	<u>(851)</u>
Resultado operacional antes das despesas financeiras		<u>(56.417)</u>	<u>(43.952)</u>
Despesas financeiras		<u>(410)</u>	<u>(332)</u>
		<u>(56.827)</u>	<u>(44.284)</u>
Superávit do exercício		<u><u>-</u></u>	<u><u>3</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012
Superávit do exercício	<u>-</u>	<u>3</u>
Resultado abrangente total	<u>-</u>	<u>3</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2012	<u>-</u>	<u>8</u>	<u>8</u>
Transferência para o patrimônio social	8	(8)	-
Superávit do exercício 2012	-	3	3
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>8</u>	<u>3</u>	<u>11</u>
Transferência para o patrimônio social	3	(3)	-
Superávit do exercício 2013	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>11</u>	<u>-</u>	<u>11</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	-	3
Ajustes por:		
Baixa de imobilizado	5	831
Depreciação e amortização	366	410
Contingências	-	66
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento)/redução nos ativos em		
Recursos vinculados a projetos	(206)	571
Outros créditos e despesas antecipadas	(41)	(205)
Aumento/(redução) nos passivos em		
Projetos a executar	1.313	(994)
Obrigações trabalhistas, provisão de férias e encargos	868	(531)
Contas a pagar e obrigações tributárias	240	1.079
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	<u>2.545</u>	<u>1.229</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	<u>(2.543)</u>	<u>(1.176)</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	<u>(2.543)</u>	<u>(1.176)</u>
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>2</u>	<u>53</u>
Caixa equivalente de caixa em 1º de janeiro	57	4
Caixa equivalente de caixa em 31 de dezembro	<u>59</u>	<u>57</u>
	<u>2</u>	<u>53</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura (“Poiesis” ou “Entidade”), anteriormente denominada Associação dos Amigos da Casa das Rosas, da Língua e Literatura - Poiesis, entidade civil sem fins lucrativos, tem objetivos de natureza sociocultural, literária, artística e museológica, consubstanciados na colaboração técnica, material e financeira para administrar equipamentos culturais e gerenciar programas e projetos museológicos e de incentivo à literatura, e a partir de 5 de julho de 2010, mediante aprovação em Assembléia de Associados e do seu Conselho de Administração, administrar equipamentos educacionais e desenvolver e gerenciar programas ligados a formação e difusão.

Em 19 de junho de 2008, o Vice-governador, no exercício do cargo de Governador do Estado, por meio do Parecer nº 0783/08, qualificou a Poiesis como uma “Entidade da área da cultura”, com publicação no Diário Oficial em 20 de julho de 2008.

Considerada uma entidade sem fins lucrativos, a Poiesis é isenta de contribuições e impostos federais, estaduais e municipais, de acordo com as disposições da Constituição Federal.

Atualmente a Poiesis é responsável pela operação de diversos equipamentos e programas culturais por força de Contratos de Gestão firmados com a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo e de Convênios firmados com o Fundo de Solidariedade e Desenvolvimento Social e Cultural do Estado de São Paulo (Fussesp) e com a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos).

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da renovação dos convênios e contratos de gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 10 de fevereiro de 2014.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a

aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recurso vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão de projetos de lei incentivados.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem outros créditos.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

ii. Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2013 e 2012, incluindo operação de *hedge*.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e de acordo com a NBC TG 07 – Subvenção e assistências governamentais. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura e Lei Rouanet, são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de caixa e equivalentes de caixa e o crédito de projetos a executar no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao crédito de caixa e equivalentes de caixa e, nesse mesmo momento, as receitas são reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos a executar.

c. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

ii. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

- | | |
|---|---------|
| • Móveis e utensílios | 10 anos |
| • Máquinas e equipamentos | 10 anos |
| • <i>Software</i> | 5 anos |
| • Equipamentos de informática e comunicação | 5 anos |

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. *Redução ao valor recuperável*

i. Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

e. *Provisões e passivos circulantes e não circulantes*

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

f. *Demais ativos circulantes e não circulante*

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

g. *Receitas e despesas financeiras*

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, o imposto e Renda Retido na Fonte – IRRF, o Imposto sobre Operação de Crédito e tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

h. *Receitas com trabalhos voluntários*

As receitas com trabalhos voluntários, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas das atividades culturais. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não ocorreram trabalhos voluntários na Entidade.

i. *Gerenciamento de risco financeiro*

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 18.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

4 Recursos vinculados a projetos

	2013	2012
Caixa	19	12
Aplicações financeiras	18.490	18.291
	18.509	18.303
Ativo circulante	14.342	15.125
Ativo não circulante	4.166	3.177
	18.509	18.303

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas de 90% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (90% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI em 2012).

Os recursos vinculados a projetos refere-se substancialmente a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados e em passivos relacionados a estes projetos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6.

5 Ativo imobilizado

Movimentação do imobilizado

	2011 Custo	Adições	Baixas	2012 Custo
Equipamentos de áudio e vídeo	939	312	(1.069)	182
Equipamentos de Informática	289	242	(184)	347
Móveis e Utensílios	170	256	(145)	280
Equipamentos de som/luz	1	200	(10)	191
Máquinas e Equipamentos	12	50	(12)	50
Instalações	0	46	(24)	22

*Poesis – Instituto de Apoio à Cultura,
à Língua e à Literatura
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e 2012*

	2011 Custo	Adições	Baixas	2012 Custo
Equipamentos de telecomunicações	29	29	(38)	20
Software	44	41	(26)	59
Total	1.484	1.176	(1.508)	1.151
	2011 Depreciação	Adições	Baixas	2012 Depreciação
Equipamentos de audio e video	(204)	(322)	488	(38)
Equipamentos de Informática	(100)	(95)	114	(81)
Móveis e Utensílios	(29)	(31)	43	(17)
Equipamentos de som/luz	(83)	(29)	85	(27)
Máquinas e Equipamentos	-	(6)	3	(3)
Instalações	(2)	-	1	(1)
Equipamentos de telecomunicações	(17)	-	15	(2)
Software	(13)	(13)	15	(11)
Total	(448)	(496)	764	(180)
Saldo líquido	1.036	680	(744)	971
	2012 Custo	Adições	Baixas	2013 Custo
Equipamentos de audio e video	182	1.086	(4)	1.264
Equipamentos de Informática	347	286	(2)	631
Móveis e Utensílios	280	723	-	1.003
Equipamentos de som/luz	191	371	-	562
Máquinas e Equipamentos	50	34	-	84
Instalações	22	25	-	47
Equipamentos de telecomunicações	20	11	-	31
Software	59	7	-	66
Total	1.151	2.543	(6)	3.688
	2012 Depreciação	Adições	Baixas	2013 Depreciação
Equipamentos de audio e video	(38)	(124)	-	(162)
Equipamentos de Informática	(81)	(86)	-	(167)
Móveis e Utensílios	(17)	(65)	-	(82)
Equipamentos de som/luz	(27)	(65)	-	(92)
Máquinas e Equipamentos	(3)	(8)	-	(11)
Instalações	(1)	(3)	-	(4)
Equipamentos de telecomunicações	(2)	(2)	-	(4)
Software	(11)	(13)	-	(24)
Total	(180)	(366)	-	(546)
Saldo líquido	971	2.177	(6)	3.142

6 Projetos vinculados a executar

	Saldos em 2011	Valores Recebidos	Captação de Recursos	Rendimentos Financeiros	Consumo	Movimentação Imobilizados	Devolução de Recursos	Saldos em 2012
Projetos a executar								
Contrato de Gestão n° 27/2008	962	5.000	426	107	(5.422)	(274)	(771)	28
Contrato de Gestão n° 30/2008	6	-	-	-	(5)	-	-	1
Contrato de Gestão n° 44/2010	4.519	20.325	1	426	(21.301)	(101)	-	3.869
Contrato de Gestão n° 07/2011	8.567	12.126	-	541	(11.305)	(760)	-	9.169
Contrato de Gestão n° 05/2012	-	3.315	34	31	(2.397)	(36)	-	947
Convenio Fussesp n° 286/2012	-	1.202	-	5	(1.116)	-	-	91
Convenio Finep n°	548	-	-	34	(213)	-	-	369
Lei Rouanet PRONAC	833	1.056	-	55	(1.284)	(5)	(620)	35
Total de projetos a executar	15.435	43.024	461	1.199	(43.043)	(1.176)	(1.391)	14.509
Total de projetos a executar curto prazo	12.733	-	-	-	-	-	-	11.332
Total de projetos a executar longo prazo	2.702	-	-	-	-	-	-	3.177
	15.435	-	-	-	-	-	-	14.509
Obrigações com estado - imobilizado	1.036	-	-	-	(1.241)	1.176	-	971

*Poesis – Instituto de Apoio à Cultura,
à Língua e à Literatura
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e 2012*

	Saldos em 2012	Valores Recebidos	Captação de Recursos	Rendimentos Financeiros	Consumo	Movimentação Imobilizados	Devolução de Recursos	Saldos em 2013
Projetos a executar								
Contrato de Gestão n° 27/2008 (a)	28	-	-	-	(1)	-	(28)	(1)
Contrato de Gestão n° 30/2008	1	-	-	-	-	-	-	1
Contrato de Gestão n° 44/2010 (b)	3.869	20.000	2	529	(21.451)	(300)	-	2.649
Contrato de Gestão n° 07/2011 (c)	9.169	26.625	154	1.038	(25.571)	(2.153)	-	9.262
Contrato de Gestão n° 05/2012 (d)	947	5.951	1.270	144	(6.520)	(90)	-	1.702
Convenio Fussesp n° 286/2012 (e)	91	2.528	-	14	(2.539)	-	(89)	5
Convenio Finep (f)	369	-	3	15	(354)	-	-	33
Lei Rouanet PRONAC	35	-	-	-	(20)	-	(15)	-
Total de projetos a executar	14.509	55.104	1.429	1.740	(56.456)	(2.543)	(132)	13.651
Total de projetos a executar curto prazo	11.332	-	-	-	-	-	-	9.485
Total de projetos a executar longo prazo	3.177	-	-	-	-	-	-	4.166
	14.509	-	-	-	-	-	-	13.651
Obrigações com estado - imobilizado	971	-	-	-	(371)	2.543	-	3.142

Valores recebidos/captados – referem-se aos montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados.

Rendimentos financeiros – referem-se a rendimento das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecidos no ativo em contrapartida aos projetos a executar.

Consumo – referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social.

Projetos a executar – longo prazo: referem-se a valores correspondente a 6% do valor total dos recursos repassados no primeiro ano de vigência dos Contratos de Gestão, com o propósito exclusivo de utilização na hipótese de ocorrer atraso na liberação dos repasses por parte da Secretaria de Estado da Cultura. No último ano de vigência dos Contratos de Gestão e após a liberação da totalidade dos correspondentes repasses previstos, é facultada a utilização dos recursos vinculados de longo prazo no custeio das ações previstas no Plano de Trabalho.

Contratos de Gestão

a. Contrato de Gestão – 27/2008

Em 1º de julho de 2008, a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo e a Poesis celebraram o Contrato de Gestão nº 27/2008, que tem por objetivo fomentar a operacionalização da gestão e execução dos serviços prestados na área cultural, relacionados às unidades Museu da Língua Portuguesa, Casa das Rosas e Casa Guilherme de Almeida, por um período de quatro anos.

A encerramento do Contrato de Gestão deu-se regularmente em 30 de junho de 2012, sendo que durante a sua vigência foram repassados recursos no montante global de R\$ 36.760. Na prestação de contas de encerramento do Contrato apurou-se saldo remanescente de projetos a executar, que foi integralmente transferido ao Governo do Estado em 23 de abril de 2013, no montante de R\$ 28.

b. Contrato de Gestão – 44/2010

Em 1º de setembro de 2010 foi firmado o Contrato de Gestão nº 44/2010, que tem como objetivo o gerenciamento do projeto “Oficinas Culturais do Estado” pelo período de 4 anos.

O projeto tem como atribuições: prover formação cultural à população em geral, por meio de atividades culturais, especialmente de caráter prático, adequadas aos seus interesses e vocações, com o objetivo de fomentar oportunidades de novos conhecimentos e vivências, de experimentação e de contato com os mais diversos tipos de linguagens, técnicas e ideias; gerenciar os espaços para a realização de suas atividades; oferecer oficinas de curta, média e longa duração, workshops, seminários, encontros, ciclos de palestras, etc.

O projeto tem 21 oficinas, sendo 6 na capital e 15 no interior: São José dos Campos, Ribeirão Preto, Limeira, São José do Rio Preto, Iguape, Bauru, Sorocaba, São João da Boa Vista, Campinas, Araraquara, Santos, São Carlos, Araçatuba, Marília e Presidente Prudente, sendo estas também responsáveis pelo atendimento ao público de sua região de atuação e não somente ao município em que estão localizadas.

O término do contrato se deu em 31 de dezembro de 2013, e no prazo de 90 dias será efetuada a sua prestação de contas final. Durante sua vigência foram repassados recursos totais no montante de R\$ 72.410:

Repases do Contrato de Gestão nº 44/2010	Recebidos
2010	10.000
2011	22.085
2012	20.325
2013	20.000
	<hr/>
	72.410
	<hr/> <hr/>

No segundo semestre de 2013, a Secretaria de Estado da Cultura promoveu Convocação Pública para selecionar entidade para gerenciar as Oficinas Culturais do Estado a partir de 2014, da qual a Poesis logrou vencedora. Em 27 de dezembro de 2013 foi firmado novo Contrato de Gestão nº 08/2013, com vigência de 4 anos e 6 meses a contar de 1º de janeiro de 2014, no valor global de R\$ 134.326, com o seguinte cronograma para repasse de recursos:

Repases do Contrato de Gestão nº 08/2013	A Receber
2014	25.000
2015	27.500
2016	30.250
2017	33.275
2018	18.301
	<hr/>
	134.326
	<hr/> <hr/>

Dos recursos previstos para serem liberados no exercício de 2014, o montante de R\$ 3.510 serão providos de sobras financeiras estimadas do Contrato de Gestão nº 44/2010, que darão cobertura também às provisões trabalhistas de férias e respectivos encargos constituídas ao amparo do contrato encerrado.

c. *Contrato de Gestão – 07/2011*

Em 20 de dezembro de 2011, a Poesis firmou com a Secretaria de Estado da Cultura, o Contrato de Gestão nº 07/2011, com vistas à execução de atividades e serviços a serem desenvolvidos em duas unidades de Fábricas de Cultura, localizadas no Jardim São Luis e Vila Nova Cachoeirinha, com vigência até 30 de outubro de 2015.

O Contrato de Gestão tem por objeto o fomento e a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços na área de iniciação, formação e difusão de atividades artístico-culturais desenvolvidas pelas Fábricas de Cultura.

Através de Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, assinado em 3 de setembro de 2012, a Poesis incorporou em seu Plano de Trabalho as atividades do Projeto Núcleo Luz.

Em 30 de novembro de 2012, através do Terceiro Termo Aditivo, de 1º de julho de 2013, foram incluídos no escopo do Contrato de Gestão 07/2011 a gestão das unidades de Fábricas de Cultura de Jaçanã, Capão Redondo e Brasilândia, passando seu valor global para R\$ 147.223.

Em razão de atraso na entrega da unidade da Fábrica de Cultura de Brasilândia, cujo início de atividades foi prorrogado para o exercício de 2014, o valor global do contrato do Contrato de Gestão passa a ser de R\$ 139.119, mediante Termo Aditivo em fase de formalização. Os repasses obedecem o seguinte cronograma:

Repasses do Contrato de Gestão nº 07/2011	Recebidos	A Receber	Total
2011	8.600	-	8.600
2012	12.126	-	12.126
2013	26.625	8.875 (a)	35.500
2014	-	40.000	40.000
2015	-	42.893	42.893
	47.351	91.768	139.119

- (a) Conforme informado na nota explicativa no. 21, em 16 de janeiro de 2014 foi recebido a última parcela do repasse anual do Contrato de Gestão 07/2011, no valor de R\$ 8.875.

d. Contrato de Gestão – 5/2012

Em 29 de junho de 2012, a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo e a Poesis celebraram o Contrato de Gestão nº 5/2012, que tem por objetivo fomentar a operacionalização da gestão e execução dos serviços prestados na área de museologia nas Casa das Rosas e Casa Guilherme de Almeida, pelo período de 4 anos e 5 meses.

Pela prestação de serviços, objeto deste contrato, será repassada ao Entidade a importância global estimada de R\$ 27.510, distribuída da seguinte forma nos exercícios:

Repasses do Contrato de Gestão nº 5/2012	Recebidos	A Receber	Total
2012	3.315	-	3.315
2013	5.951	-	5.951
2014	-	6.272	6.272
2015	-	6.543	6.543
2016	-	5.428	5.428
	9.266	18.243	27.510

Outras informações

Além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto dos Contratos de Gestão, a Entidade também mantém as seguintes fontes de recursos:

- (i) Receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como bilheterias;
- (ii) Receitas advindas da utilização de seus espaços físicos;
- (iii) Doações, legados e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras; e
- (iv) Rendimentos de aplicações e ativos financeiros;

Por força dos Contratos de Gestão, a Entidade está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente e anualmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura. No caso de não

cumprimento dessas metas, a Entidade poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução e ou extinção dos repasses contratados.

Os relatórios trimestrais relativos ao período de março, junho e setembro de 2013 foram preparados e encaminhados para as respectivas Unidades Gestoras da Secretaria de Estado da Cultura, e já foram objetos de apreciação e aprovação pela Comissão de Avaliação. As prestações de contas referentes aos relatórios de atividades anual serão enviados em janeiro de 2014.

Os recursos provenientes dos Contratos de Gestão são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos; em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante na rubrica de projetos vinculados a executar, representando a parcela remanescente a ser aplicada no projeto, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

Convênios

Corresponde às parcerias realizadas junto a outras entidades para o desenvolvimento compartilhado de atividades relacionadas às operações da Entidade.

e. FUSSESP: Espaço de Leitura

A Poiesis, em parceria com o Fundo de Solidariedade e Desenvolvimento Social e Cultural do Estado de São Paulo (FUSSESP), desenvolve no Parque Dr. Fernando Costa (Água Branca, São Paulo – SP), a ação “Espaço de Leitura”, que visa proporcionar à população carente acesso ao mundo das letras de forma atuante e prazerosa, incentivando o desenvolvimento cultural com vistas à ampliação das oportunidades de inclusão social.

De forma contínua a ação promove atividades culturais e educativas relacionadas à leitura e à literatura no parque, garantindo acesso à cultura à população atendida por meio das entidades cadastradas no FUSSESP e ao público em geral, de forma participativa, em ambiente social e fisicamente prazeroso. Além disso, ela disponibiliza um acervo variado de livros e publicações para consulta e leitura no local, num espaço de leitura lúdico e aberto.

A parceria, formalizada através de Termos de Convênio, teve seu início em 2010, e já foi sucessivamente renovada em diversas oportunidades, estando atualmente em vigor o Convênio nº 286/2012, firmado em 29 de junho de 2012, com vigência inicial de 12 meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 meses.

O valor estimado para ações do 1º ano do Convênio foi de R\$ 3.114, sendo de R\$ 2.804 o valor dos repasses da FUSSESP, R\$ 1.202 no exercício de 2012 e R\$ 1.602 no de 2013. A prestação de contas referente a este período já foi finalizada, com a devolução de R\$ R\$ 89 em 26 de dezembro de 2013.

Em 28 de junho de 2013 foi firmado o 1º Termo de Aditamento ao Convênio, estendendo suas ações por mais 12 meses até 28 de junho de 2014, e destinando recursos da ordem de R\$ 1.838, sendo R\$ 926 repassados no ano de 2013 e R\$ 912 no de 2014. Dessa forma, o montante total de repasse no exercício de 2013 foi de R\$ 2.528.

f. FINEP

Em 19 de novembro de 2010, a Poiesis assinou o convênio de número 01.10.0557.00 com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa pública federal vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, como “Conveniente” do projeto intitulado “Implantação do Centro de Referência do Futebol Brasileiro”. Participam também do convênio como “Executores” o Instituto da Arte do Futebol Brasileiro – Museu do Futebol – IFB/MF e a Universidade de São Paulo (USP) por meio da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

O objeto do convênio é a implantação do Centro de Referência do Futebol Brasileiro, que tem como objetivos: mapear, referenciar e conectar pessoas e instituições relacionadas ao futebol brasileiro, sua memória e seu contexto histórico; democratizar o acesso ao conhecimento e estudos sobre futebol, tornando o acervo acessível por meio de biblioteca, midiateca e internet; subsidiar pesquisas e apoiar a catalogação e inventário de acervos pessoais e institucionais. Para garantir estes objetivos, o projeto consiste em: adequação de biblioteca e midiateca; desenvolvimento e implantação de banco de dados para catalogação e gerenciamento do acervo e sistema de informação e contratação de consultoria e pesquisadores bolsistas para o levantamento, mapeamento e referenciamento de indicadores da memória do futebol brasileiro.

O valor total do Convênio é de R\$1.155, sendo R\$708, destinados ao “Conveniente” e R\$447 a bolsas de desenvolvimento tecnológico, a serem transferidos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ampliado posteriormente em julho de 2012 em mais R\$ 71, com aproveitamento de rendimentos financeiros gerados pelos recursos vinculados ao convênio.

A vigência do contrato, originalmente de 24 meses, foi sucessivamente postergada através de Cartas Aditivas, sendo a última de 3 de outubro de 2013, que estende os prazos de Execução Física e Financeira e de prestação de Contas Final, respectivamente, para 19 de maio de 2014 e 18 de julho de 2014.

A implantação física do projeto já foi concluída e o Centro de Referência do Futebol Brasileiro foi inaugurado em 2013.

7 Contas a pagar

	2013	2012
Fornecedores	534	133
Prestadores de serviços	1.128	1.095
Cooperativas	-	14
	<u>1.662</u>	<u>1.242</u>

8 Obrigações trabalhistas

	2013	2012
INSS a recolher	626	397
IRRF a recolher	217	126
FGTS a recolher	161	119
Serviços prestados por autônomos a pagar	95	186
PIS s/ folha de pagamento a recolher	26	20

	2013	2012
ISS a recolher	21	9
Rescisões contratuais a pagar	14	9
Outras	1	4
	1.160	870

9 Provisão para contingências

A Entidade reconhece a provisão para riscos trabalhistas quando seus assessores jurídicos consideram como provável o risco de perda de demandas judiciais e administrativas, que acarretarão em desembolso de recursos que possam ser mensurados com razoável nível de segurança.

Em 31 de dezembro de 2013, a Entidade figura como reclamada em 7 ações de natureza trabalhista (7 em 2012) e 2 ações de natureza cível (2 em 2012), que totalizam 9 ações em 2013 (9 em 2012). Foi registrado como provisão, o valor de R\$ 66 (R\$ 66 em 2012), relativo ao risco trabalhista e classificados pelos assessores jurídicos como risco de perda provável, considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso.

A Entidade possui em 31 de dezembro de 2013 o montante de R\$ 207 (R\$ 65 em 2012) de processos com probabilidade de perda possível, de natureza trabalhista e cível.

10 Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho. Dessa forma, a Entidade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

11 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos superávits apurados anualmente.

Em caso de extinção ou desqualificação da Entidade como organização social, haverá a incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Estado de São Paulo, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados através do Contrato de Gestão.

12 Receitas operacionais – contrato de gestão

	2013	2012
Contrato de Gestão n° 07/2011	24.379	10.891
Contrato de Gestão n° 44/2010	20.919	20.536
Contrato de Gestão n° 05/2012	5.106	2.273
Contrato de Gestão n° 27/2008	1	6.189
Contrato de Gestão n° 30/2008	-	3
Receitas financeiras	1.741	1.199
Parcerias	1.304	-

*Poesis – Instituto de Apoio à Cultura,
à Língua e à Literatura
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e 2012*

	2013	2012
Aluguel de espaço	120	96
Outros	374	418
	53.944	41.696

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6, além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto do Contrato de Gestão, a Entidade também mantém as fontes de recursos advindas de (i) receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como bilheterias, (ii) da utilização de seus espaços físicos, (iii) doações e (iv) rendimentos de aplicações e ativos financeiros.

Acima apresentamos as receitas auferidas por meio dessas captações e provenientes do Poder Público.

13 Convênios

	2013	2012
Convênio Fussesp nº 286/2012	2.525	2.210
Convênio Finep	338	144
Lei Rouanet PRONAC	20	237
	2.883	2.591

14 Despesas com pessoal

	2013	2012
Salários, horas extras e outras	15.041	12.416
Encargos	6.028	5.069
Férias e encargos	2.473	1.810
13º e encargos	1.734	1.418
Benefícios	2.446	1.751
	27.723	22.463

15 Despesas com produção cultural

	2013	2012
Serviços artísticos	9.205	6.527
Materiais de produção	1.296	903
Serviços técnicos de produção	1.162	1.059
Despesas com transporte	645	156
Viagens e estadias	492	295
Cooperativas	401	228
Aquisição de acervo	257	200
Outras despesas com Produção Cultural	107	53
Direitos autorais	32	70
	13.597	9.491

Nessa conta encontram-se todos os gastos com o desenvolvimento e execução das atividades culturais nos equipamentos geridos, tais como exposições, saraus, palestras, cursos, oficinas, recitais, peças de teatro, shows musicais, ou seja, eventos de incentivo à poesia, à literatura e às diversas áreas de produção artística e cultural. Estão incluídas nessa rubrica a contratação de profissionais autônomos, como curadores, artistas, professores, entre outros, e contratação de serviços diversos e compra de materiais para suporte aos profissionais contratados.

16 Serviços profissionais

	2013	2012
Serviços de limpeza e vigilância	7.733	6.029
Assessoria em elaboração de projetos	570	112
Assessoria em T. I.	585	414
Assessoria contábil	293	335
Outros serviços especializados	250	134
Assessoria jurídica	18	23
	<u>9.450</u>	<u>7.047</u>

17 Despesas gerais

	2013	2012
Conservação e manutenção	1.142	312
Locações	767	170
Serviços de utilidade pública	761	826
Material de escritório e outros	577	379
Aluguel e condomínio	432	318
Outros	385	692
Telefonia	339	327
Seguros	71	58
Viagens e estadias	19	10
	<u>4.496</u>	<u>3.093</u>

18 Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Entidade não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2.

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2013, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

19 Avais, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante o exercício de 2013 e 2012.

20 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por: R\$ 6.800 para coberturas gerais, R\$2.000 para responsabilidade civil e R\$ 26 para fiança locatícia.

21 Eventos subsequentes

Em 16 de janeiro de 2014 a Poiesis recebeu a última parcela do repasse anual do Contrato de Gestão 07/2011 – 3º aditivo, no valor de R\$ 8.875. Esse valor será investido ao longo do exercício de 2014.

* * *

Clovis de Barros Carvalho
Diretor executivo

Plinio Silveira Correa
Diretor Administrativo Financeiro

Adilson Ernesto da Silva
Contador CRC 1SP266387/O-7